

ARTIGO

Reação e afirmação: o despertar nacional albanês na Península Balcânica (1878-1913)

Tiago Valêncio de Melo¹

Como citar este artigo: MELO, Tiago Valêncio. Reação e afirmação: o despertar nacional albanês na Península Balcânica (1878-1913). *Revista de Ciências do Estado*. Belo Horizonte: v. 4, n. 1, e12306. ISSN: 2525-8036.

Resumo: Em 1878, com a vitória do Império Russo na Guerra Russo-Turca, um novo cenário se desenhava na geopolítica da Península Balcânica. Após quatro longos séculos de jugo otomano, os povos da península vislumbravam a possibilidade de um novo arranjo político. Contudo, embora teoricamente libertos do domínio de Istambul, os povos da península ainda não poderiam ser considerados como responsáveis por traçar as linhas de seu próprio destino. A estratégica localização da península – localizada na transição entre ocidente e oriente – tornava a região um palco de disputa das grandes potências. Após 400 anos de controle por uma força externa, o destino dos povos da região estava novamente nas mãos de forças exógenas. Neste sentido, o presente trabalho se propõe a analisar o desenvolvimento do nacionalismo albanês dentro do conturbado e volátil cenário da Península Balcânica, durante a etapa final do século XIX e início do XX. A hipótese apresentada para a pesquisa é a de que o surgimento do nacionalismo albanês consiste em um movimento de caráter reativo, frente a um cenário de ruptura do status quo na região.

Palavras-chave: nacionalismo albanês; Península Balcânica; Estado-nação; guerras balcânicas.

Recebido em 02.08.2018

Aprovado em 13.03.2019

Publicado em 01.04.2019

1 INTRODUÇÃO

Em 1878, com a vitória do Império Russo na Guerra Russo-Turca, um novo cenário se desenhava na geopolítica da Península Balcânica. Após quatro longos séculos de jugo otomano, os povos da península vislumbravam a possibilidade de um novo arranjo político.

¹ Mestrando do Programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, 2016).

Contudo, embora teoricamente libertos do domínio de Istambul, os povos da península ainda não poderiam ser considerados como responsáveis por traçar as linhas de seu próprio destino. Sua estratégica localização a – na transição entre ocidente e oriente – tornava a região um palco de disputa das grandes potências. Após 400 anos de controle por uma força externa, o destino dos povos balcânicos estava novamente nas mãos de forças exógenas.

Neste sentido, o presente trabalho se propõe a analisar o desenvolvimento do nacionalismo albanês dentro do conturbado e volátil cenário da Península Balcânica, durante a etapa final do século XIX e início do XX. Último dos povos da península a desenvolver um projeto de emancipação com caráter nacionalista, o caso do nacionalismo albanês apresenta desdobramentos que refletem em problemas étnicos vivenciados até mesmo nos dias atuais, como no conturbado caso do conflito Servo-Kosovar. Com base em tal perspectiva, o artigo apresenta a seguinte pergunta problema: de que maneira o despertar nacional albanês se relaciona com os demais acontecimentos contemporâneos na Península Balcânica, durante o fim do século XIX e início do XX?

A hipótese apresentada para a pesquisa é a de que o surgimento do nacionalismo albanês consiste em um movimento de caráter reativo, frente a um cenário de ruptura do *status quo* na região – representado pelo gradual esfacelamento do domínio Otomano nos Bálcãs – e que culmina em 1913 com a constituição de um Estado Nacional próprio albanês.

A estrutura da pesquisa divide-se em duas etapas: Primeiramente, apresenta-se uma discussão teórica acerca dos conceitos de Estado-Nação e Nacionalismo adotados como referencial durante a pesquisa; já em um segundo momento, a análise debruça-se de maneira mais específica em seu objeto, buscando elucidar a trajetória do “Despertar Nacional Albanês”, a partir da formação da Liga de Prizren, em 1878, e culminando na constituição de fato do Estado Nacional da Albânia, após o Tratado de Bucareste, em 1913.

O trabalho faz uso de uma abordagem metodológica majoritariamente qualitativa. Neste sentido, emprega-se o método histórico-descritivo e analítico como fio condutor do ensaio e seu principal instrumento. Primeiramente, como já dito, realiza-se uma breve revisão bibliográfica do referencial teórico proposto. Posteriormente, desenvolve-se a análise do objeto de estudo em questão, buscando examinar as evidências apresentadas a partir da perspectiva do aporte teórico selecionado. Durante a análise, emprega-se majoritariamente o uso de fontes secundárias e produções acadêmicas de relevância acerca do tema, buscando contribuir com a percepção de que maneira se desenvolve e consolida um movimento nacional que ainda hoje traz profundas implicações para o contexto político internacional, como evidenciado ainda neste século com os desdobramentos do caso Kosovar.

2 ESTADO-NAÇÃO E NACIONALISMO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

As revoluções liberais no século XVIII consolidam o processo de surgimento de um novo tipo de organização política, ao lançar as bases que dariam origem ao chamado Estado-Nação (WIMMER; FEINSTEIN, 2010). Sua institucionalização, com base em um código escrito e legitimado por um grupo populacional homogêneo, resultaria em drásticas mudanças no contexto político do continente europeu.

Se, no período anterior da história europeia, a legitimidade sobre o poder e a soberania era fundamentada a partir de aspectos como a hereditariedade e a suposta existência de um direito divino — a exemplo das monarquias dinásticas do antigo regime —, os movimentos revolucionários oriundos das camadas burguesas, na etapa final do século XVIII, rompem com tal paradigma. Um exemplo concreto de tal movimento pode ser visto no artigo terceiro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789:

O princípio de toda a soberania reside essencialmente na Nação. Nenhuma corporação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que aquela não emane expressamente (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789).

As transformações que resultam no surgimento de tal concepção – de um Estado, legitimado a partir de estruturas de poder que emanam de um grupo civilizacional com características comuns – ocorrem com o intuito de se estabelecer uma equalização os termos "Estado" e "Povo", no sentido de que o corpo estatal institucionalizado deveria ser um espelho de sua nação, ou seja, de seu povo (HOBSBAWM, 1990).

Tendo observado tais esforços – em se estabelecer uma relação mais íntima entre população e organismo estatal – deve-se primeiro compreender o que a expressão “Estado” representa de maneira propriamente dita. Como apontado anteriormente, esse corpo institucionalizado passaria a ser legitimado com base nos interesses do grupo civilizacional responsável por sua constituição. Mas qual seria de fato a finalidade de se estabelecer tal instituição homogênea e de caráter representativo?

Partindo da premissa de que a institucionalização é um mecanismo utilizado para a manutenção do *status quo*, considera-se a seguinte definição acerca do conceito de Estado e sua finalidade como ator político:

[...] the state is the specialization and concentration of order maintenance. The 'state' is that institution or set of institutions specifically concerned with the enforcement of order (whatever else they may also be concerned with). The state exists where specialized order-enforcing agencies, such as police forces and courts, have separated out from the rest of social life. They are the state (GELLNER, 1983, p. 4)².

² “[...] O Estado é a especialização e a concentração da manutenção da ordem. O ‘Estado’ é a instituição, ou grupo de instituições, preocupados especificamente com a manutenção da ordem (e o que mais puder ser de

Uma vez explicitada tal definição, deve-se agora compreender o processo de gênese e desenvolvimento do ente estatal. Semelhante ao que aponta Sobral (2003), a teoria concebida por Gellner, para explicar o processo de surgimento do Estado, utiliza-se da ideia de que o surgimento de tal ator é fruto do processo de especialização e divisão do trabalho.

Na perspectiva apresentada por Sobral (2003) e Gellner (1983), as sociedades agrárias — que, por sua vez, precedem os entes estatais — eram caracterizadas pela presença de diversos grupos segregados, que convergiram para a criação de uma cultura comum, mediante a intensificação da divisão do trabalho.

Com o industrialismo terão lugar mudanças radicais. Este implica uma forte mobilidade social e uma acentuada especialização na divisão do trabalho. A aquisição de saberes padronizados suscitada pela industrialização conduz à criação de um sistema escolar de massas que terá um papel central na gênese de uma cultura comum. Em resumo, com o industrialismo ocorreu uma maior homogeneização social e a elaboração de uma cultura comum, ao contrário da sociedade agrária (SOBRAL, 2003, p. 1096).

Partindo-se de tal perspectiva, acerca da gênese da instituição estatal, o próximo aspecto a ser analisado leva em conta o primeiro desafio pelo qual este novo organismo político será posto à prova.

Conforme exposto anteriormente, as doutrinas iluministas que permeavam a ideologia das revoluções burguesas do século XVIII — mais notadamente a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789) — manifestavam a clara defesa do ponto de vista de que o Estado deve ser o espelho de uma nação (CARR, 1945), tornando tal expressão essencial para a compreensão das problemáticas que envolvem o estudo do nacionalismo. Neste sentido, utiliza-se a presente compreensão a respeito do significado do termo "nação":

Assim considerada, a "nação" era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa (HOBSBAWM, 1990, p. 31).

A definição dada por Hobsbawm (1990) ao termo "Nação" converge com o ideal estabelecido pelos revolucionários franceses em sua Assembleia Constituinte. Como expresso no excerto do historiador britânico e no documento, a constituição de uma nação homogênea passaria a ser indubitavelmente o poder legitimador da existência de um Estado, levando ao surgimento da concepção de Estado-Nação, termo este que será tratado posteriormente.

Hobsbawm enumera ainda os três critérios que, para ele, seriam aqueles que

seu interesse). O Estado existe nas agências especializadas na manutenção da ordem, como a polícia e os tribunais, tendo-se separado do restante da vida social. Elas são o Estado” (Tradução nossa).

determinariam se um grupo populacional seria merecedor, ou não, de receber a classificação de "nação", sendo tais:

[...] O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um estado existente ou com um estado de passado recente e razoavelmente durável. [...] O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito. [...] O terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista (HOBSBAWM, 1990, p. 49).

Como exposto por Sobral (2003), embora Hobsbawm (1990) compreenda que a existência de um grupo, capaz de preencher os requisitos necessários para ser classificado como uma nação, seja o elemento legitimador do poder estatal, sua perspectiva converge com a apresentada por Gellner (1983).

Tal qual apontado por Gellner, em seus estudos a respeito do processo de consolidação do Estado, Hobsbawm também conclui que o estabelecimento de um grupo que possa atender a tais demandas, só é possível mediante a existência de um Estado já constituído, responsável por ser o difusor e irradiador de uma cultura comum.

Tendo em vista a existência de tal dualidade — onde o Estado carece da existência de uma nação para ser legitimado e uma nação necessita da presença de tal Estado para seu surgimento —, pode-se perceber, de fato, a equalização dos termos "Estado" e "Nação". Essa equalização daria origem ao modelo de organização política que se tornaria dominante, primeiro em todo o continente europeu e posteriormente em todo o globo, o Estado-Nação. Para compreender o que significa tal termo e suas principais características, adota-se o seguinte recorte:

In the modern world, only one form of political community is recognized and permitted. This is the form we call the 'nation-state'. It is easy enough to discover. Nation-states have frontiers, capitals, flags, anthems, passports, currencies, military parades, national museums, embassies and usually a seat at the United Nations. They also have one government for the territory of the nation-state, a single education system, a single economy and occupational system, and usually one set of legal rights for all citizens (SMITH apud PIERSON, 2004, p. 47)³.

Partindo dos aspectos apontados em tal excerto e da discussão a respeito da construção do Estado-Nação, percebe-se que os fatores relacionados à identidade, isto é, ao sentimento de pertencimento de um povo a uma nação — ou seja, sua representatividade cultural, religiosa, étnica ou linguística — passam a assumir um papel crucial no novo

³ “No mundo moderno, apenas uma forma de comunidade política é reconhecida e aceita. Esta é a forma que chamamos de ‘estado-nação’. É simples de descobrir. Estados-nações detém fronteiras, capitais, bandeiras, hinos, passaportes, moeda própria, desfiles militares, museus nacionais, embaixadas e comumente um assento nas Nações Unidas. Eles também possuem um governo para o território do estado-nação, um sistema educacional único, uma economia unificada e usualmente um conjunto de direitos para seus cidadãos” (Tradução nossa).

ordenamento político dos Estados, sendo de fato o elemento que passa a prover legitimidade ao poder político.

A ascensão do fator cultural e da nação, como instrumento de legitimação de poder, tornariam ainda mais necessária a constituição do Estado (VARA BRANCO, 2009). Ainda segundo o autor, a interpretação de Gellner (1983) leva à compreensão de que o monopólio dos meios culturais se tornou mais importante que o monopólio do uso da violência, que para Max Weber seria o aspecto que legitimaria a existência do Estado Moderno.

Uma vez apontado tal aspecto, nota-se o porquê da centralidade da Questão Nacional no continente europeu, no fim do século XIX e início do XX. O Nacionalismo, poderia então ser entendido como "[...] a political principle, which holds that the political and the national unit should be congruent"⁴ (GELLNER, 1983, p. 1), sendo portanto um elemento chave, tanto no sentido de se manter a unidade política — para os casos onde o Estado Nacional já havia sido constituído — quanto no sentido de se estruturar tal instituição estatal, contexto no qual se inserem os povos da Península Balcânica – e por consequência os albaneses – na etapa final do século XIX e início do XX.

Outra perspectiva em relação ao fenômeno do nacionalismo é a de Rubert de Ventos (1994) que, conforme exposto por Vara Branco (2009), elabora uma classificação de quatro tipos de fatores que gerariam tais fenômenos:

Os primários, dizem respeito aos que são constituídos pelas tradições, comunidade de sangue, raça e etnia, língua, território, culto religioso e cultura; [...] Os inductores ou geradores da modernidade nacional são os que resultam do estabelecimento de uma rede nacional de comunicações, de mercados ou cidades, da divisão do trabalho e de uma economia monetária [...] Os induzidos ou produzidos, pela modernização estatal, são os utilizados pelo poder central visando a unificação do território, a uniformização dos indivíduos perante a lei e a transformação da interdependência dos mesmos numa nova forma de identidade nacional, [...] Os reactivos são os produzidos pela integridade do estado nacional, quando este se sobrepõe a um país, que ainda não ultrapassou o estágio apontado pelos factores inductores ou geradores, assim como um grupo ou minoria que não tenha podido ou desejado integrar-se nele [...] (VARA BRANCO, 2009, p. 4).

Tal classificação converge, em grande parte, com as observações feitas por Gellner (1983) e Hobsbawm (1990), uma vez que ao considerar-se de maneira mais específica os grupos de "agentes inductores" e o de "agentes induzidos", é possível perceber grande congruência com a corrente que considera o surgimento do Estado a partir da divisão de trabalho, defendida por Gellner. Não obstante, a perspectiva de De Ventos também dialoga com a ideia de Hobsbawm, de que o Estado exerce um papel de agente indutor do surgimento de movimentos de cunho nacionalista.

⁴ “[...] um princípio político, que defende a congruência entre as unidades política e nacional” (Tradução nossa).

No entanto, duas tipologias apontadas por Rubert de Ventos (1994) demonstram-se especialmente valorosas para a análise do objeto de pesquisa do presente trabalho. A classificação elaborada pelo autor e apresentada por Vara Branco (2009) considera a existência de fatores que podem exercer o papel de força motriz para o surgimento de nacionalismo, e que se faziam presentes no conturbado cenário enfrentado por Albaneses nos Bálcãs, na transição do século XIX para o XX.

Outro fator apontado pelo autor — e que incide diretamente sobre a hipótese apresentada — é a consideração a respeito dos movimentos nacionalistas de caráter reativo, que também viriam a se apresentar na península após a conturbada divisão territorial concebida com a expulsão do Império Otomano da região.

Como apontado por Rubert de Ventos (1994), a possibilidade de um grupo minoritário desenvolver, dentro de um Estado já instituído, um projeto nacionalista à parte não só existia, como era uma realidade, tal qual aponta Roesler (2008, p. 20):

Muitas vezes, no entanto, a luta pela emancipação nacional se trava no interior de Estados maiores e significam portanto a sua fragmentação. A História da Europa está repleta de exemplos de conflitos desse tipo, que muitas vezes subsistiram mesmo frente à ideia mais recente de criação de uma entidade supranacional no continente.

O cenário apresentado por Roesler e compartilhado por Muñoz (1996) era de fato uma realidade no continente europeu. As problemáticas nacionalistas no período em questão — o fim do século XIX e início do XX — emanavam de maneira mais incisiva de dois grandes focos: o Império Habsburgo e o Império Otomano, dois grandes estados multinacionais que acabaram por se desmantelar, mediante o desenvolvimento de nacionalismos de caráter reativo em seu núcleo territorial.

Com base em tais perspectivas e conceitos apresentados, durante esta sucinta discussão teórica, a etapa subsequente do trabalho se propõe a uma análise do “despertar nacional” e o processo de formação de um nacionalismo albanês, em meio a um contexto de turbulência e efervescência dos sentimentos nacionalistas na Península Balcânica.

3 O DESPERTAR NACIONAL ALBANÊS: DA LIGA DE PRIZREN A INDEPENDÊNCIA

O povo albanês foi o último daqueles que habitavam a península balcânica a desenvolver, de fato, um projeto de caráter nacionalista e emancipatório em relação ao domínio otomano (SCHEVILL, 1922). Tal “atraso”, no sentido de se apresentarem suas reivindicações nacionais, pode ser compreendido como fruto da maneira em que tal núcleo

populacional respondeu e assimilou as transformações que resultaram da chegada do poderio de Istambul na região.

O domínio otomano apresenta diversas mudanças ao contexto social e político da região. A gradual conversão do povo albanês a fé islâmica fez com que estes se tornassem um importante aliado da Sublime Porta nos Bálcãs. Como aponta Sohrabi (2018), cerca de 70% da população albanesa no Império Otomano aderiu ao islamismo. Além da assimilação religiosa, albaneses ocupavam também cargos políticos e compunham os regimentos de janízaros – corpo militar otomano formado por cristãos (LICURSI, 2011; PAHUMI, 2007).

Beginning in the mid-fifteenth century the Ottoman Empire incorporated large numbers of Albanians into both the local administration of Albania, the military apparatus of the Empire, and its highest bureaucratic posts. The devshirme, Janissary troops conscripted from Christian families, were comprised predominantly of Albanians. Albanians served as *ıç-oğlans* (pages of the palace), beys, and pashas in disproportionate numbers compared to the size of their population. [...] About seventy percent of Albanians eventually converted to Islam, after prolonged periods of conversion in the seventeenth and eighteenth centuries, making Albanians the largest population of non-Turkish Muslims in the Balkans (LICURSI, 2011, p. 21-22)⁵.

Os primeiros atritos e evidências de um tímido despertar nacional nas relações entre albaneses e otomanos se iniciaram a partir da Guerra de Independência da Grécia, travada entre 1821 e 1832. Embora muitos albaneses tenham composto as fileiras turcas no conflito – em função do domínio formal e o papel exercido pelos albaneses no aparato estatal otomano – uma grande parte da população local acabou cativada pelos ideais de libertação nacional da revolta grega e passaram a compor os regimentos que defendiam os ideais helênicos durante o conflito. (INGLIS, 2013).

O desenvolvimento do nacionalismo albanês ganha um novo capítulo mediante a concretização as negociações do Tratado Preliminar de Santo Estevão e do tratado que emana da Conferência de Berlim, em 1878 – colocando fim a Guerra Russo-Turca, com a vitória do império de São Petersburgo. A derrota otomana criava um momento de ruptura do *status quo* na península.

Após quatro longos séculos de domínio turco, os territórios dos Bálcãs eram redefinidos pelos termos russos que favoreciam a expansão territorial de seus aliados – especialmente ao ditar o surgimento de uma “Grande Bulgária”, subserviente aos interesses

⁵ "Começando em meados do século XV, o Império Otomano incorporou um grande número de albaneses na administração local da Albânia, no aparelho militar do Império e nos seus mais altos postos burocráticos. Os devshirme, soldados janízaros recrutados de famílias cristãs, eram predominantemente constituídos de albaneses. Os albaneses serviram como *ıçoğlans* (servos do palácio), beys, e pashas em números desproporcionais em comparação com o tamanho de sua população. [...] Cerca de setenta por cento dos albaneses eventualmente se converteram ao Islã, após longos períodos de conversão nos séculos XVII e XVIII, tornando os albaneses a maior população de muçulmanos não-turcos nos Bálcãs" (Tradução nossa).

czaristas e com capacidade de se tornar o poder dominante da península (JELAVICH, 1983) – e posteriormente pelos termos ditados pelas grandes potências, após a revisão imposta pelo conserto europeu em Berlim.

A derrota otomana trazia consigo um desafio para os Albaneses: Os territórios de maioria albanesa nos Bálcãs – outrora sujeitos a dominação otomana – estavam agora a mercê de uma divisão arbitrária por parte de forças externas, criando a ameaça de que as populações étnicas albanesas fossem fragmentadas e recaíssem sobre domínio dos novos atores independentes que surgiam na península (PAHUMI, 2007; RRAPAJ e KOLASI, 2013; ISKENDEROV, 2018). Neste sentido, Gashi (2014) aponta que as grandes potências não identificavam as aspirações do povo albanês com legitimidade suficiente para que se constituísse um Estado Nacional, o que fez com que o território da Albânia se tornasse um instrumento de barganha em defesa dos interesses das grandes potências.

Ainda em 1878, a percepção das elites políticas albanesas é materializada, com o surgimento da Liga de Prizren, um marco fundamental na formação e defesa dos interesses do nacionalismo albanês (SOTIROVIC, 2015; PAHUMI, 2007). Fundada como uma reação à partição albanesa pelos interesses externos, a liga congregava membros da elite local que se demonstravam obstinados em construir uma identidade nacional albanesa, transgredindo o fator religioso e o linguístico, com intuito de possibilitar a construção de um Estado Nacional capaz de englobar e administrar territórios que apresentassem uma herança étnica albanesa.

The Albanian national movement of Rilindja was clearly articulated and expressed in 1878 with the birth of national-political organization - the First League of Prizren (1878-1881). The program of the League set up the following two ultimate national goals of the Albanians: 1) The national liberation of all Albanians who in majority lived within the Ottoman Empire and in minority in independent states of Serbia and Montenegro. 2) The creation of a national state of Albanians in which the entire Albanian historical-ethnic territory had to be incorporated (SOTIROVIC, 2015, p. 107)⁶.

A Liga de Prizren desempenhou papel ativo no sentido de promover seus interesses nacionalistas no conserto europeu. Especialmente no que tange ao envio de memorandos para os líderes das potências europeias, exigindo a manutenção da integridade territorial albanesa e clamando pela concessão de autonomia a esta massa populacional

⁶ "O movimento nacionalista albanês de Rilindja, foi claramente articulado e expresso em 1878 com o nascimento da organização política nacionalista - a Primeira Liga de Prizren (1878-1881). O programa da Liga estabeleceu os seguintes dois objetivos nacionais principais para os albaneses: 1) A libertação nacional de todos os albaneses que, em sua maioria, viviam dentro do Império Otomano e em minoria em estados independentes da Sérvia e Montenegro. 2) A criação de um Estado nacional de albaneses em que todo o território histórico-étnico albanês tinha de ser incorporado" (Tradução nossa).

(ISKENDEROV, 2018).

No entanto, a existência da liga acabou por ser efêmera, encerrando-se em 1881, após menos de 3 anos de atividades. Para Uzelac (2013), a Liga de Prizren acabou tropeçando em dois importantes fatores, a falta de apoio interno e o temor otomano em assistir o surgimento de um novo movimento nacionalista dentro de suas fronteiras, em um momento onde Istambul passava por sérias dificuldades e perceptíveis fragilidades.

However the league did not enjoy the support of wealthy landowners, who did not wish to pursue autonomy from the Ottomans nor opt for independence, as the empire guaranteed the safety of their assets. On the other hand, the Ottomans themselves found it unreasonable to support a formation of a new national identity in the Balkans, since this would be a challenge to their authority. After all, they have maintained control for almost 500 years by skillfully extinguishing nationalism (UZELAC, 2013, p. 14)⁷

Embora a Liga de Prizren tenha falhado em obter resultados concretos, Alia (1978) – a exemplo de Sotirovic (2015), Sohrabi (2018) e Pahumi (2007) – reafirma a perspectiva de que o movimento se apresenta como um elemento fundamental para o nacionalismo albanês. O grupo de Prizren foi responsável por, pela primeira vez, fazer ecoar as reivindicações albanesas por um Estado-Nação próprio e que abrigasse aqueles que se identificassem com a herança cultura própria desta nação albanesa.

The Albanian League of Prizren has the great merit that it defended the Albanian nation, when the enemies were seeking to deny its existence. Right from the start and during its whole existence, the League waggged a great struggle to make clear, not only to the great powers, which had gathered in Berlin, but to the whole of European public opinion, that the Albanians constituted a completely formed nation in itself, which had an ancient history, its own language and culture, which had made its own contribution to European civilization, which had resisted every aggressor and which have never surrendered to foreign occupiers (ALIA, 1978, p. 14)

Três décadas depois, em 1908, o movimento nacionalista albanês voltaria a ganhar força na península. A revolução ocorrida no seio de Constantinopla – e que alçava o grupo conhecido como Jovens Turcos ao poder central – foi inicialmente favorável aos interesses albaneses, que em razão de seu apoio ao movimento, conseguiram a autorização para a implementação de escolas e difusão da cultura albanesa (BOZBORA, 2012). Tal passo representa um momento crucial para a consolidação de um projeto nacional albanês, uma vez que – como apontado anteriormente – a institucionalização de um foco de difusão linguístico e cultural atrelados a uma nacionalidade é um dos elementos essenciais para a constituição de um movimento nacionalista (GELLNER, 1983; HOBBSAWM, 1990).

⁷ “No entanto, a liga não gozava do apoio de ricos proprietários de terra, que não desejavam perseguir a autonomia dos otomanos nem optar pela independência, uma vez que o império garantia a segurança de seus ativos. Por outro lado, os próprios otomanos não achavam razoável apoiar a formação de uma nova identidade nacional nos Bálcãs, uma vez que isso seria um desafio à sua autoridade. Afinal, eles mantiveram o controle por quase 500 anos por habilmente extinguir o nacionalismo.” (Tradução nossa).

Bozbora (2012) apresenta ainda a declaração de independência da Bulgária, também em 1908, como um novo agravante para a situação albanesa. A brusca ação búlgara reascendeu o temor turco de ver seu largo império desmantelado, levando à adoção de uma série de políticas voltadas à repressão do movimento albanês e outros de cunho nacionalista que se desenvolviam dentro dos muros do império. Como Iskenderov (2018) apresenta em sua análise, os desdobramentos referentes ao nacionalismo albanês a partir de 1908 inauguram uma segunda fase no despertar nacional de tal povo.

A crescente repressão turca levou a dois episódios primordiais para a futura consolidação da Albânia como um Estado Nacional de fato. Nos menos de quatro anos que separam a Revolução Turca dos acontecimentos da Primeira Guerra Balcânica, a porção albanesa do Império Otomano enfrentou duas grandes revoltas, em 1910 e 1912 (SCHEVILL, 1922; ISKENDEROV, 2018; SOHRABI, 2018). As Insurreições Albanesas foram cruciais. As conquistas obtidas pelas revoltas permitiram que pela primeira vez houvesse uma definição precisa do que seria o território albanês – uma vez que anteriormente, tal substantivo era utilizado de maneira vaga, englobando diversas regiões a partir de sua composição étnica e sem um traço geográfico definido.

Far and away the most considerable concession which they obtained, however, was a territorial definition of Albania. The country had hitherto been a mere geographical expression without precise limits (...) Accordingly the Turkish government recognized that Albania was comprised of the four vilayets of Scutari, Janina, Monastir and Kossovo (SCHEVILL, 1922, p. 466)⁸

Com isto, em agosto de 1912, surge de fato a primeira definição específica do que consiste o território habitado pela nação albanesa. A definição geográfica que emerge como resultado das insurreições acabaria por receber a alcunha de “Grande Albânia” (Figura 1).

Ainda em 1912 – ano da segunda insurreição albanesa – a deflagração da Primeira Guerra Balcânica novamente apresentaria um movimento de ruptura do *status quo* na península. A deflagração da guerra gerou uma necessidade de resposta por parte dos albaneses – agora organizados politicamente em razão das recentes rebeliões internas – que temiam serem novamente marginalizados e tratados como um mero objeto do jogo de poder entre as potências ou objeto das ambições de seus vizinhos (BIERNAT, 2013; ISKENDEROV, 2018; SOHRABI, 2018).

A reação albanesa se deu no sentido de proclamar a independência do país, no dia

⁸ “De longe, a concessão mais considerável que obtiveram, no entanto, foi uma definição territorial da Albânia. O país tinha sido até então uma mera expressão geográfica simples, sem limites precisos (...) Por conseguinte, o Governo turco reconheceu que a Albânia era composta pelos quatro vilarejos de Scutari, Janina, Monastir e Kosovo” (Tradução nossa).

28 de novembro de 1912, às vésperas do fim da guerra, uma manobra de extrema eficácia do agora governo provisório. Se em 1878 as grandes potências faziam vista grossa aos clamores e reivindicações albanesas, estes por si mesmos passaram a buscar os meios para que suas vozes enfim fossem ouvidas.

In October 1912 the First Balkan War began. [...] Because of the fear that Balkan states would try to conquered Albanian territory, I. Qemali decided to organize Albanian Congress in Vlora. [...] They unanimously took decision to proclaim Albanian independence. At the same time also provisional national government. [...] After that in July 1913 the conference decided to recognized the Albanian independence, but in certain parts the actual line of the frontier needed to be settled. [...] However, it excluded areas which contained Albanian-speaking populations, including all Kosovo, northwestern parts of Macedonia and the territories in the south. Finally, after almost five centuries under Ottoman rules Albania achieved its independence (BIERNAT, 2013, p. 8)⁹.

Figura 1 - A "Grande Albânia"



Fonte: Gazeta Dita¹⁰

⁹ "Em outubro de 1912 começou a Primeira Guerra Balcânica. [...] Devido ao temor de que os Estados balcânicos tentassem conquistar o território albanês, I. Qemali decidiu organizar o Congresso albanês em Vlora. [...] Foi tomada por unanimidade a decisão de proclamar a independência albanesa. Ao mesmo tempo, também a formação do governo provisório nacional. [...] Depois disso, em julho de 1913, a conferência [de Bucareste] decidiu reconhecer a independência albanesa, mas em algumas partes a linha real da fronteira precisava ser resolvida. [...] No entanto, excluiu as zonas que continham as populações de língua albanesa, incluindo todo o Kosovo, partes da Macedônia e os territórios do sul. Finalmente, após quase cinco séculos sob domínio dos otomanos, Albânia alcançou sua independência" (Tradução nossa).

¹⁰ Disponível em: <<http://www.gazetadita.al/wp-content/uploads/2013/09/Fundi-i-turqve-ne-Shqiperi-pjesa-1-ok-11.jpg>> Acesso em 29 jul. 2018.

Com isso, 35 anos após a fundação da Liga de Prizren, que lança as bases do nacionalismo albanês, o Estado Nacional deste povo era, de fato, reconhecido internacionalmente. Os termos da Conferência de Bucareste – realizada em junho de 1913 – criavam, pela primeira vez, um Estado Nacional albanês, independente e autônomo.

A exposição apresentada permite corroborar a perspectiva de Iskenderov (2018), que divide o Despertar Nacional Albanês em dois distintos momentos: um de 1878 a 1908 e marcado principalmente pelas ações da Liga de Prizren e o surgimento das bases de uma nacionalidade albanesa; e outra a partir de 1908 e marcada pelas Insurreições Albanesas de 1910 e 1912, que ilustram a consolidação de uma postura reativa do nacionalismo albanês frente aos desenvolvimentos da Península Balcânica durante o início do século XX.

Em um primeiro momento, a linha de ação adotada pela Liga de Prizren – a ocasião do fim da guerra russo-turca e início dos congressos diplomáticos de 1878 – buscava atuar por meio do intermédio das grandes potências. A expectativa inicial era de que, assim como no caso dos demais grupos étnicos que eram “libertados” por Moscou do jugo otomano, os Albaneses também seriam recompensados com autonomia e a possibilidade de se organizarem politicamente. Contudo, frustrando as expectativas dos albaneses nacionalistas, os territórios albaneses e sua valiosa localização na costa do mar adriático acabaram utilizados como peça de barganha negocial.

O segundo momento do processo de consolidação da nacionalidade albanesa pode ser apontado como tendo início em 1908. Na ocasião, a chegada ao poder, em Istambul, do grupo conhecido como “Jovens Turcos” representaria uma nova oportunidade para o desenvolvimento dos ideais nacionalistas do povo albanês. A nova administração turca assumia com um discurso e ações mais ríspidas em relação as demais minorias étnicas do império, especialmente aquelas localizadas em sua porção europeia. Logo, a situação das províncias de maioria albanesa acabou por se tornar cada vez mais delicada e ocasionou a deflagração de duas insurreições populares em 1910 e 1912. As conquistas das insurreições traziam forma ao movimento nacional albanês, ao conquistarem uma delimitação territorial do que consistiria a nação albanesa e posteriormente na proclamação de fato e unilateral da independência do país. Uma ação que demonstra uma clara mudança na linha de ação do momento anterior, onde o estabelecimento de um Estado foi buscado através do auxílio de terceiros e não por uma ação própria do movimento nacional albanês.

Em comum para ambos os períodos, está seu caráter reativo. O posicionamento do nacionalismo albanês de 1878 a 1913 demonstra um processo de clara reação a impulsos

exógenos, que se configuram como a força motriz do processo de libertação nacional. Por duas vezes, o nacionalismo albanês se viu em face a um momento de ruptura do *status quo* na península balcânica. Em ambas as vezes, o movimento de reação a tais rupturas foi o que promoveu os impulsos para a consolidação de seu projeto nacional. A reação aos desdobramentos de 1878 foram responsáveis por, pela primeira vez, chamar atenção da comunidade internacional para a existência de um povo albanês nos Bálcãs. Já a reação ao período de 1908 a 1913 demonstra que este povo não apenas existia, mas que de fato consistia uma nação e esta nação, assim como suas vizinhas na península, deveria encontrar sua expressão política na forma de um Estado.

4 CONCLUSÕES

Durante a etapa final do século XIX e início do século XX, os Bálcãs se viam envoltos em uma complexa situação política. A cada vez mais delicada e frágil situação do Império Otomano expunha sua porção europeia aos ideais do nacionalismo e a intervenção estrangeira, que acabaria por se materializar com as ações Russas em 1877 e 1878. A vitória de São Petersburgo e a derrota da Sublime Porta em tal confronto acabariam por alterar drasticamente a paisagem política da Península. Senhores dos Bálcãs a quase 500 anos, os Turcos se viam agora sob a possibilidade de serem expurgados do continente europeu.

Dentro deste contexto, o choque externo fornecido pela intervenção moscovita apresenta profundos desdobramentos e, pode até mesmo ser considerado o pontapé inicial para o surgimento de um nacionalismo albanês mais concreto e com conteúdo consolidado. A percepção era de que a derrota turca criava um vácuo de poder na península, e este vácuo deveria ser preenchido. O destino das províncias de maioria albanesa, neste caso, poderia ser trágico. Carentes de uma delimitação territorial ou de instituições administrativo-religiosas próprias dentro do império – como por exemplo detinham os Búlgaros e outras nacionalidades dentro do Sultanato – aos olhos das potências responsáveis por definir seu destino, os albaneses sequer eram vistos como uma nação digna de ser representada por um Estado Nacional próprio. As terras albanesas eram valoradas apenas a partir de seus atributos geográficos e estratégicos, desconsiderando seus fatores populacionais e humanos. Em síntese, a perspectiva das potências europeias era a de que simplesmente não existia Albânia. O que existia era um território a mercê de ser repartido com base em questões estratégicas e de equilíbrio de poder.

Neste sentido, a Liga de Prizren é fundamental para reverter tal perspectiva. A atuação do grupo, mesmo que não tenha trago resultados concretos nas negociações diplomáticas em

1878, foi capaz de “abrir os olhos” da comunidade europeia para a existência de um povo albanês, organizado e que a exemplo de seus vizinhos nos Bálcãs, também teria o direito de estabelecer uma nação. A Liga, em síntese, plantou a semente de um sentimento nacional e de pertencimento a uma comunidade étnica.

Se o primeiro período pode ser visto como um momento onde se inaugura a percepção e lança as bases epistemológicas do nacionalismo albanês, o segundo pode ser compreendido como a expressão prática de tais ideias e de tal movimento. A partir de 1908, os Bálcãs uma vez mais se encontrariam em estado de efervescência política. Em situação cada vez mais delicada, Istambul agia com cada vez mais vigor na supressão do desenvolvimento de movimentos nacionalistas dentro de suas fronteiras. A postura mais ríspida por parte da Sublime Porta acabou também por suscitar uma resposta agressiva por parte do nacionalismo albanês.

Nos anos seguintes, as províncias albanesas se viram imersas em duas insurreições que podem ser consideradas como essenciais para estabelecer as condições de surgimento do que posteriormente viria a ser o Estado da Albânia. As pressões internas causadas pelas rebeliões albanesas foram responsáveis por obter a primeira delimitação territorial explícita do que consistiria seu território. Em 1878, a Liga de Prizren foi responsável por mostrar a Europa o que é ser albanês. Em 1912, as insurreições mostravam para a Europa claramente o que era a Albânia.

Com a deflagração das Guerras Balcânicas – entre 1912 e 1913 – o cenário na região parecia se repetir. Mais uma vez, o poderio otomano na Europa era ameaçado. Mais uma vez, a Sublime Porta se via derrotada no campo de batalha e forçada a abandonar de maneira quase definitiva suas possessões na Europa. Mais uma vez, tais acontecimentos suscitaram enorme atividade no campo do nacionalismo albanês. A exemplo de 1878, o destino da configuração política dos Bálcãs acabaria por ser definido na mesa de negociações. Contudo, dessa vez os albaneses não escolheram agir por intermédio das grandes potências para que suas vozes fossem ouvidas. Movidos pelo sucesso de suas insurreições, os próprios albaneses fizeram ecoar suas vozes nos corredores da diplomacia europeia, por meio de uma declaração unilateral de independência e o estabelecimento imediato de instituições administrativas que estabeleciam um *fait accompli* para as pretensões nacionais albanesas.

Portanto, a hipótese do trabalho se confirma. Com base na tipologia e no referencial teórico utilizados como instrumento para análise, é possível identificar um claro elemento reativo no processo de despertar nacional da comunidade albanesa. Ao contrário de seus

vizinhos na Península Balcânica, os albaneses acabaram por desenvolver um maior processo de assimilação em relação a cultura Turca e as tradições otomanas. Sua população se converteu em grandes proporções para a religião islâmica e aos poucos albaneses passavam a ocupar postos administrativos e de alta importância.

Contudo, o declínio do Império Otomano e os desdobramentos que incendiaram os Bálcãs durante o século XIX e XX romperam com tal cenário. Como exposto, em cada um dos dois momentos de seu desenvolvimento nacional, os albaneses se viram forçados a buscar alternativas frente a bruscos momentos de ruptura do *status quo*. Os albaneses se viram forçados a buscar uma reação a choques externos que colocavam em risco sua própria existência como uma comunidade populacional. A reação albanesa se deu, em um primeiro momento com o objetivo de mostrar que sim, existem albaneses. E, posteriormente, em mostrar onde estão esses albaneses e adotar medidas concretas que possibilitassem a expressão de tal nacionalismo em um aparato estatal independente e autônomo, a partir de 1913.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIA, Ramiz. **The Albanian League of Prizren: A brilliant page of our history written in blood.** The Nentori Publishing House: Tirana, Albania, 1878.
- BIERNAT, Agata. Albanian Political Activity in Ottoman Empire (1878-1912). **World Journal of Islamic History and Civilization**, v. 3, p. 1-8, 2013.
- BOZBORA, Nuray. Albanian perception of 1908 Revolution and its effects on Albanian Nationalism. **IBAC**, vol. 2, p. 623-644, 2012.
- CARR, Eric H. **Nationalism and After.** Londres: Macmillan, 1945.
- GASHI, Defrim. Berlin Congress and the Albanian Lands (13 June - 13 July 1878). **Kultur Evreni**, v. 22, p. 56-66, 2014.
- GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism.** Nova York: Cornell University Press, 1983.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- INGLIS, Sarah. Origins of the Albanian National Awakening. **Haemus Journal**, v. 2, p. 77-87, 2013.
- ISKENDEROV, Petr A. Great Powers and Albanian National Movement (1878-1914). **International Relations and Diplomacy**, v. 6, n. 4, abril/2018. p. 239-250.
- JELAVICH, Barbara. **History of the Balkans: Eighteenth and Nineteenth Centuries.** Cambridge: Cambridge University Press, 1983
- LICURSI, Emiddio P. **Empire of Nations: The Consolidation of Albanian and Turkish National Identities in the Late Ottoman Empire, 1878 – 1913.** Nova York: Columbia University. 2011.

MUÑOZ, Isidro S. La investigación del Nacionalismo: evolución, temas y metodología. **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie V, H." Contemporánea, t. 9, p. 315-336. 1996.

PAHUMI, Nevila. **The Consolidation of Albanian Nationalism: The League of Prizren 1878-1881**. University of Michigan: Ann Arbor, EUA. 2007.

PIERSON, Christopher. **The Modern State**. Londres: Routledge., 2004.

ROESLER, Carlos Eduardo N. **Nacionalismo, Tradição e Modernidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2008.

RRAPAJ, Jonilda; KOLASI, Klevis. The Curious Case of Albanian Nationalism: the Crooked Line from a Scattered Array of Clans to a Nation-State. **The Turkish Yearbook of International Relations**, v. 44, p. 185-228, 2013.

SCHEVILL, Ferdinand. **The History of the Balkan Peninsula: From the earliest times to the present day**. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1922.

SOBRAL, José Manuel. A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas

explicativos e o caso português. **Análise Social**, vol. 37, p. 1093-1126, 2003.

SOHRABI, Nader. Reluctant Nationalists, Imperial Nation-State, and Neo-Ottomanism: Turks, Albanians, and the Antinomies of the End of Empire. **Social Science History**, v. 42, n. 4, 2018. p. 835-870.

SOTIROVIC, Vladislav. **Serbia, Montenegro and the "Albanian Question", 1878-1912: A Greater Albania between Balkan Nationalism & European Imperialism**. Lambert Academic Publishing: Saarbrücken, Alemanha. 2015.

VARA BRANCO, Alberto M. O Nacionalismo nos séculos XVIII, XIX e XX: o princípio construtivo da modernidade numa perspectiva histórico - filosófica e ideológica. Um caso paradigmático: A Alemanha. **Millenium**, n. 16, maio/2009.

UZELAC, Nikola. **Nationalism and Security in the Western Balkans: The unresolved Albanian question**. University of Macedonia: Thessaloniki. 2013.

WIMMER, Andreas; FEINSTEIN, Yuval. The rise of the nation-state across the world, 1816 to 2001. **American Sociological Review**. v. 75, p. 764-790, 2010.

REACTION & AFFIRMATION: THE ALBANIAN NATIONAL AWAKENING IN BALKAN PENINSULA (1878-1913)

Tiago Valêncio de Melo

How to cite this article: MELO, Tiago Valêncio. Reação e afirmação: o despertar nacional albanês na Península Balcânica (1878-1913). **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 4, n. 1, e12306. ISSN: 2525-8036.

Abstract: In 1878, with the victory of the Russian Empire in the Russo-Turkish War, a new scenario was drawn in the geopolitics of the Balkan Peninsula. After four long centuries of

Ottoman judgment, the peoples of the peninsula envisioned the possibility of a new political arrangement. However, although theoretically liberated from the dominion of Istanbul, the peoples of the peninsula still could not be considered as responsible for tracing the lines of their own destiny. The strategic location of the peninsula - located in the transition between West and East - made the region a stage of dispute of the great powers. After 400 years of control by an outside force, the fate of the peoples of the region was again in the hands of exogenous forces. In this sense, the present work aims to analyze the development of Albanian nationalism within the troubled and volatile scenario of the Balkan Peninsula during the final stage of the nineteenth and early twentieth centuries. The hypothesis presented for the research is that the emergence of Albanian nationalism consists of a movement of a reactive character, facing a scenario of rupture of the status quo in the region.

Key-words: Albanian nationalism; Balkan Peninsula; Nation-State; Balkan wars.